

PAC precisa de emendas para ficar de pé, diz relator da LDO

Congresso Danilo Forte avalia que é muito difícil que governo cumpra meta de déficit zero em 2024, e diz que não entregará texto que 'dê margem para ficção'

Relator da LDO vai prever envio de emendas parlamentares para PAC

Andrea Jubé
De Brasília

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), confirmou que incluirá em seu parecer uma rubrica para permitir que parlamentares direcionem emendas ao Orçamento para o Novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), lançado semana passada pelo governo. Em entrevista ao Valor, Forte defendeu que, sem a medida, o pacote de obras de infraestrutura não cabe na previsão de gastos para o ano que vem.

Segundo o parlamentar, incluir o programa no Orçamento sem o reforço das emendas exige que o governo consiga elevar as receitas necessárias para cumprir a meta de déficit zero prevista para 2024, o que ele considera "muito difícil". Por isso, ele também defende que o objetivo seja revisito.

"O PAC não cabe no Orçamento do tamanho que ele está hoje, e não ser que o governo tenha sucesso em zerar o déficit, e haja crescimento econômico", alegou.

Forte afirmou que não fará "uma lei orçamentária que dê margem para a ficção". Ele ressaltou que não quer ser o "portador de más notícias", mas ponderou que quanto mais real for o seu relatório, "mais segurança o país tem".

A possibilidade de que deputados e senadores direcionem recursos para o Novo PAC tem sido defendida pelo governo. Na sexta-feira, ao lançar o programa no Rio de Janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, fez um apelo para que essa destinação ocorra. O tema já tinha sido tratado quando uma prévia do plano foi apresentada a líderes do Congresso dias antes da cerimônia.

O Novo PAC prevê R\$ 371 bilhões em investimentos públicos ao longo dos próximos quatro anos. Embora as emendas parlamentares também façam parte do Orçamento, a destinação de recursos indicados por congressistas tem o potencial de diminuir o comprometimento dos orçamentos dos ministérios.

Ao defender a inclusão da rubrica, Forte faz um aceno ao governo. O parlamentar também quer incluir na LDO um calendário para a execução das emendas. Hoje, esses gastos são impositivos, mas o Executivo tem o poder de controlar o fluxo da liberação ao longo do ano.

Forte relatou que sua maior preocupação é como encaixar o PAC para o ano que vem. O relator se reuniu na quarta-feira (9) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quando disse ao titular da política fiscal acreditar que "é muito difícil o governo cumprir a meta de déficit zero" em 2024.

Na véspera, o governo havia enviado ao Congresso uma mensagem pedindo alterações na LDO para que até R\$ 5 bilhões a



Danilo Forte: relator da lei orçamentária afirma que dificilmente o Congresso aprovará matéria para aumentar imposto, mesmo para os super-ricos

serem utilizados no Novo PAC sejam descontados da meta fiscal do ano que vem.

Segundo Forte, Haddad reconheceu que a meta de zerar o déficit fiscal é "ambiciosa", já que depende de o governo alcançar uma arrecadação extra de cerca de R\$ 130 bilhões. O ministro argumentou, entretanto, que essa meta poderia ser alcançada mediante a aprovação de três projetos de lei até o fim do ano.

O primeiro deles é a proposta que restabelece o voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), já aprovada pelos deputados, e que aguarda relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA). Forte lembrou que somente o passivo da Petrobras nesta seara envolveria cerca de R\$ 130 bilhões.

Ainda na conversa com Forte, Haddad acrescentou que as outras duas propostas – consideradas "capítulos" de uma futura reforma do Imposto de Renda – miram as tributações dos fundos offshore e fundos fechados exclusivos. Ambas devem ser enviadas ao Legislativo até 31 de agosto na forma de projetos de lei com regime de urgência.

A cobrança do imposto sobre fundos offshore foi proposta em abril, e consta da medida provisória que elevou o limite de isenção do IR para R\$ 2.112 a partir de 1º de maio. A matéria, entretanto, corre risco de expirar sem votação no fim do mês.

Já a taxação dos fundos exclu-

“Tem espaço de discussão, mas lembre-se que tem muita gente rica no Congresso [...]. [Isso] vai judicializar”

sivos depende de novo PL – pela regra em vigor, esses recursos são tributados somente quando o fundo é encerrado.

"Disse ao ministro que ele estava sendo otimista, embora nossa obrigação seja ser otimista", relatou Forte. "Mas são muitas variáveis envolvidas", completou.

Em paralelo, Haddad também tem citado que decisões dos tribunais superiores contribuirão para turbinar a arrecadação. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que empresas não podem abater do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) benefícios concedidos pelos Estados. A decisão pode render R\$ 90 bilhões extras à Receita Federal.

O relator observou que dificilmente o Congresso aprovará matéria para aumentar imposto, mesmo para os super-ricos. "Tem espa-

ço de discussão, mas lembre-se que tem muita gente rica no Congresso", ressaltou. "E num país onde tudo termina no Judiciário, muita gente vai judicializar isso."

De fato, há cerca de três semanas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a uma plateia de empresários em São Paulo que o governo adie o debate sobre a taxação dos "super-ricos" para depois da promulgação da reforma tributária. Para Lira, misturar os dois temas neste momento poderia tumultuar o ambiente político.

Contudo, Danilo Forte ressaltou que Haddad mostrou-se habilidoso na relação com o Congresso. "Ele tem um bom diálogo, a aprovação da reforma tributária foi uma construção política muito bem feita", elogiou. "Mas dá a aprovar uma matéria para aumentar imposto, mesmo dos super-ricos, é muito difícil", enfatizou.

Nesse contexto, Forte acha difícil não ter revisado a meta fiscal, porque há muitas acomodações a serem feitas. "Haddad poderia ter postergado essa meta até o final do governo", sugeriu.

O deputado lembrou que o arcabouço fiscal, que aguarda a votação final no plenário da Câmara, prevê uma margem de tolerância para o cumprimento da meta fiscal de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Neste caso, ele defende que seja feita uma estimativa, com espaço para algum déficit, e limite

para investimentos, especialmente no setor de energia limpa.

Forte reafirmou que só apresentará o seu relatório depois que a Câmara concluir a análise do arcabouço fiscal, que aguarda parecer do deputado Claudio Cajado (PP-BA). Ele adiantou que a tendência atual da Casa é ratificar o texto de Cajado aprovado pelos deputados, antes das alterações dos senadores, que reduziram o espaço fiscal, em sua avaliação.

Danilo Forte relatou que, na conversa com Haddad, o ministro lhe pediu ajuda na construção do diálogo do Congresso com o governo sobre a LDO. Forte comprometeu-se com esse esforço, e com a disposição de ouvir todos os lados na elaboração de seu relatório.

Entre outros temas, Forte lembrou que a porta de entrada para captar investimentos em energia limpa é o Nordeste. Sua base eleitoral é o Ceará, que ao lado de Bahia e Paraíba têm atraído investimentos em parques eólicos. "A atual política do governo não ajuda nessa pauta porque sempre puxa para o passado, que é a energia fóssil", criticou. Diante disso, Arthur Lira anunciou que a Câmara criará uma "pauta verde" no final de setembro, e deve regulamentar o hidrogênio verde. Forte já apresentou um plano de trabalhos: vai abrir os debates ouvindo a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Caderno: A Pagina: 9